

***Mestrado Profissionalizante
2014-2015***

DIREITO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA

REGÊNCIA: PROF. DOUTOR MIGUEL ASSIS RAIMUNDO

Sumário – *Summary*

O direito dos contratos públicos é actualmente um domínio cada vez mais relevante dos pontos de vista teórico e prático. A Administração Pública necessita da colaboração dos particulares para levar a cabo a sua missão, o que justifica a crescente utilização do contrato. A recente codificação ocorrida em Portugal, com o Código dos Contratos Públicos, bem como a intensa e constante intervenção do direito europeu, em cujo âmbito foi aprovado, em 2014, um novo pacote de directivas sobre a matéria, fazem desta área do Direito Administrativo uma das mais dinâmicas.

O programa da disciplina identifica, assim, os pontos essenciais da matéria.

Por um lado, chama-se a atenção para as novas perspectivas e tendências, sem esquecer os temas mais actuais, como a simplificação procedimental e as múltiplas questões emergentes de um contexto de crise económica e financeira.

Não se prescinde, porém, de um enfoque claro na aquisição e aprofundamento de conhecimentos que permitam auxiliar a aplicação prática do direito dos contratos públicos, complementando-se a integração profissional com a perspectiva científica, no espírito do Mestrado em Direito Administrativo.

Em termos de sequência do curso, as primeiras aulas privilegiarão a abordagem dos pontos estruturais do programa pelo Regente, após o que as aulas se irão desenvolver em regime de investigação, apresentação e debate de temas pelos alunos. Neste âmbito, será privilegiado o trabalho de análise e comentário a jurisprudência relevante para a disciplina, podendo ainda recorrer-se à resolução de hipóteses práticas.

A avaliação é feita através dos trabalhos realizados em aula (25%) e da apresentação de um trabalho escrito final (75%).

The law of public contracts is an increasingly relevant subject, both from a theoretical and practical standpoint. Public bodies require the collaboration of

Divisão Académica

the private persons to carry out their missions, which justifies the growing use of contract. The recent entry into force of the Portuguese Public Contracts Code and the intense and constant intervention of European law in the field (in this field, the new 2014 legislative package should be highlighted) confirm that this is one of the most dynamic areas of Administrative Law.

The course's contents include the essential topics in the field.

On the one hand, the new perspectives and tendencies are analyzed, including the most recent questions, such as procedural simplification and the multiple issues arising from a context of economic and financial crisis.

However, the course maintains a clear focus in the acquisition and development of skills that will be of use to the practitioner, thus complementing professional integration with the scientific perspective, in the spirit of the Master in Administrative Law.

The first classes will be a presentation, by the Professor, of the structural points of the syllabus. After this classes will enter into a methodology of investigation, presentation and discussion of topics by the students. In what regards this, the analysis and comment of relevant case-law will be of paramount importance, and practical hypothetical cases may also be presented in order for the students to solve them in class, due to the side of professional integration present in this Masters Course.

Evaluation will be made through work performed in class (25%) and through the drafting of a final written paper (75%).

Programa

§ 1.º - O que é a contratação pública

- 1.1. Acção pública e actividade contratual
- 1.2. Valores, interesses e modelos na contratação pública

§ 2.º - Novas tendências

- 2.1. Internacionalização da contratação pública
- 2.2. Evolução do direito europeu - em particular, as novas diretivas de contratação pública
- 2.3. Centralização das compras
- 2.4. Contratação pública e Direito da Concorrência
- 2.5. Efeitos da crise: as intervenções de controlo pelo Ministério das Finanças

Divisão Académica

§ 3.º - Determinação do âmbito da contratação pública

- 3.1. A distinção entre contrato público e contrato administrativo no Código dos Contratos Públicos**
- 3.2. Os contratos públicos (e actos) suscetíveis de concorrência**
- 3.3. As entidades adjudicantes**
- 3.4. Sectores especiais**
- 3.5. Extensão do âmbito de aplicação**

§ 4.º - O procedimento pré-contratual: definição do objeto do procedimento

- 4.1. Definição da necessidade. O teste “contracting out”**
- 4.2. Actividade pré-procedimental informal e limitações emergentes**
- 4.3. Unidade e divisão do objeto contratual. O problema do fraccionamento**
- 4.4. Articulação dos procedimentos pré-contratuais com outros procedimentos administrativos**

§ 5.º - O procedimento pré-contratual: os sujeitos aptos a participar

- 5.1. Impedimentos e proibições de participação**
- 5.2. Fixação de requisitos mínimos de capacidade técnica e financeira**
- 5.3. Destrinça entre requisitos do concorrente e qualidades da proposta**
- 5.4. Agrupamentos concorrentes e candidatos**

§ 6.º - O procedimento pré-contratual: escolha do procedimento

- 6.1. Escolha do procedimento em razão do valor**
- 6.2. Escolha do procedimento em razão de critérios materiais**
- 6.3. Sobreposição de critérios de escolha: contratos mistos; agrupamento de entidades adjudicantes**

§ 7.º - O procedimento pré-contratual: tramitação

- 7.1. Regras gerais**
- 7.2. Tramitação específica**
 - a. Ajuste directo**
 - b. Concurso público**
 - c. Concurso limitado**
 - d. Procedimento de negociação**
 - e. Diálogo concorrencial**

Divisão Académica

- 7.3. Exclusão de propostas e candidaturas
- 7.4. Adjudicação, não adjudicação e consequências
- 7.5. Habilitação e celebração do contrato
- 7.6. Instrumentos procedimentais especiais
- 7.7. Acordos quadro

§ 8.º - Regime substantivo dos contratos administrativos

- 8.1. A parte geral do regime substantivo
 - a. Determinação do regime do contrato administrativo
 - b. Invalidade
 - c. Execução
 - d. Os poderes do contraente público: conformação da relação contratual
- 8.2. Contratos em especial (breves notas)
 - a. Empreitada de obra pública
 - b. Concessão de obra pública
 - c. Concessão de serviço público
 - d. Aquisição e locação de bens móveis
 - e. Aquisição de serviços

§ 9.º - Ferramentas para a gestão dos contratos administrativos em situação de crise

- 9.1. A noção de gestão de contrato
- 9.2. Problemas de quebra
 - a. Não cumprimento do contrato
 - b. Insolvência do cocontratante
- 9.3. As flexibilidades do contrato
 - a. Modificações subjectivas
 - b. Modificações objectivas
 - c. *Fait du prince* e situações análogas
 - d. Resolução do contrato por motivo de interesse público

§ 10.º - Alguns problemas de controlo

- 10.1. Contencioso administrativo em matéria de contratos públicos
- 10.2. Fiscalização pelo Tribunal de Contas



Divisão Académica

Bibliografia*

- AA/VV, *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Sérvulo Correia*, vol. II, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2010.
- AMARAL E ALMEIDA, JOÃO/FERNANDEZ SÁNCHEZ, PEDRO, *Temas de Contratação Pública*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 2011.
- CUNHA RODRIGUES, NUNO, *A contratação pública como instrumento de política económica*, Coimbra: Almedina, 2013.
- GONÇALVES, PEDRO (Org.), *Estudos de Contratação Pública* (vol. I, 2008; vol. II, 2010; vol. III, 2010; vol. IV, 2013), Coimbra: Coimbra Editora/CEDIPRE.
- IDEM, *O Contrato Administrativo. Uma Instituição do Direito Administrativo do nosso tempo*, Coimbra: Almedina, 2003.
- ESTEVES DE OLIVEIRA, MÁRIO/ESTEVES DE OLIVEIRA, RODRIGO, *Concursos e outros procedimentos de contratação pública*, Coimbra: Almedina, 2011.
- ESTORNINHO, MARIA JOÃO, *Direito Europeu dos Contratos Públicos. Um olhar português*, Coimbra: Almedina, 2006.
- IDEM, *Curso de Direito dos Contratos Públicos. Por uma contratação pública sustentável*, Coimbra: Almedina, 2012.
- LEITÃO, ALEXANDRA, *Contratos interadministrativos*, Coimbra: Almedina, 2012.
- IDEM, *Lições de Direito dos Contratos Públicos. Parte Geral*, Lisboa: AAFDL, 2014.
- RAIMUNDO, MIGUEL ASSIS, *A formação dos contratos públicos. Uma concorrência ajustada ao interesse público*, Lisboa: AAFDL, 2013.
- IDEM, “As «exceções» da contratação pública e da concorrência”, in CLÁUDIA TRABUCO/VERA EIRÓ (Coords.), *Contratação Pública e Concorrência*, Coimbra: Almedina, 2013.

* Inclui apenas bibliografia em língua portuguesa. Referências específicas de aprofundamento serão dadas para cada parágrafo do programa.



Divisão Académica

IDEM, "Os fundamentos de afastamento da concorrência na contratação pública: diálogo luso-brasileiro", *Revista de Contratos Públicos* (Brasil), ano 2, (2), set. 2012/fev. 2013.

IDEM, "O objeto sujeito à concorrência de mercado no Código dos Contratos Públicos", in AA/VV, *Estudos de Homenagem ao Prof. Doutor Jorge Miranda*, vol. IV - *Direito Administrativo e Justiça Administrativa*, Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa/Coimbra Editora, 2012, pp. 675 ss.

IDEM, *Estudos sobre contratos públicos*, Lisboa: AAFDL, 2010.

REBELO DE SOUSA, MARCELO/SALGADO DE MATOS, ANDRÉ, *Direito Administrativo Geral*, Tomo III - *Actividade administrativa*, 2^a ed., Lisboa: D. Quixote, 2009.

VILHENA DE FREITAS, LOURENÇO, *Os Contratos de Direito Público da União Europeia no Quadro do Direito Administrativo Europeu*, 2 vols., Coimbra: Coimbra Editora, 2012.

IDEM, *Direito dos Contratos Públicos e Administrativos*, Lisboa: AAFDL, 2014.